

OS LUSÍADAS EM EDIÇÃO FAC-SIMILAR

Os Lusíadas de Luís de Camões, edição fac-similada
(Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2007),
de Leodegário A. de Azevedo Filho.

Fernando Py

Não é necessário encarecer a enorme importância d'Os Lusíadas na literatura de língua portuguesa e até mesmo na história geral das literaturas ocidentais. Trata-se do maior monumento literário escrito em nosso idioma, e isto por diversas razões. Não somente cria e codifica o português literário moderno - desde Camões o idioma passou a ser perfeitamente legível por todos nós - mas também recria o próprio sentido da epopéia clássica. Em vez de inspirar-se em feitos fantasiosos, muitas vezes inverossímeis, o poeta se baseou exclusivamente na história portuguesa contemporânea, empregando fatos históricos e façanhas verídicas, quase todas de um passado recente. O maravilhoso pagão e o maravilhoso cristão são utilizados apenas como acompanhamento simbólico ou alegórico.

No entanto, desde a primeira edição do poema (1572) houve uma questão que motivou especulações de todo tipo. Descobriram-se duas edições com a mesma data e cujos textos não coincidiam, a partir mesmo do sétimo verso da primeira estrofe. Numa delas lê-se: "E entre gente remota edificarão", e na outra: "Entre gente remota edificaram". Pondo de lado a variação puramente gráfica (edificarão e edificaram), uma das edições principia o verso com "E entre", ao passo que a outra imprime "Entre" (o que faz com que hoje as designemos, respectivamente, por edição Ee e edição E). Os entusiastas da primeira hora, e até do século XVII, admitiram que a edição se esgotara em pouco tempo, o que teria ensejado uma nova edição, devidamente corrigida, havendo mesmo quem declarasse a existência de não duas, mas três ou mais edições. Tal hipótese não se sustenta (embora tivesse sido perfilhada pela edição monumental do Morgado de Mateus, de 1817). E não se sustenta porque os erros da edição E sobrepõem em muito as gralhas e lapsos da edição Ee. Assim, desde os estudos do século XIX, Ee impôs-se como primeira edição, aquela que apresenta, na portada do volume, o desenho da cabeça de um pelicano virado para esquerda do leitor, ao passo que na edição E, com a mesma portada, a cabeça do pelicano está voltada para a direita de quem lê. Segundo o professor Vítor Manuel de Aguiar e Silva, E deve "ser considerada como uma Edição espúria e apócrifa, como uma contrafacção ou fraude publicada já depois da morte do Poeta até, talvez, após a Edição dos Piscos (1584)".

De todo modo, sendo ponto pacífico hoje que a verdadeira *editio princeps* é aquela que exhibe o pelicano da portada voltado para a esquerda do leitor - e certamente a única revista pelo próprio Camões -, era necessário estabelecer-se uma edição

completa e comentada do poema, ainda mais que existem exemplares misturados - como o da British Library, que exhibe na portada do livro a cabeça pelicano voltada para a esquerda do leitor, mas cujo sétimo verso da primeira estrofe do Canto I traz o texto da edição E: *Entre gente remota edificaram*. Verificou-se então que essa mistura de elementos de E e Ee também está presente em outros exemplares. Contudo, elegeu-se como texto-base o exemplar Ee que pertenceu ao imperador D. Pedro II, e que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Trata-se de um exemplar doado ao IHGB pelo príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança em 1911 ou 1912, conservado em caixa de madeira, "em precário estado de conservação" segundo atesta o professor Leodegário A. de Azevedo Filho. Foi o exemplar utilizado para a edição que se comenta neste artigo.

Trata-se de *Os Lusíadas* de Luís de Camões, edição fac-similada (Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 2007). O professor Leodegário encarregou-se do exame cuidadoso e da análise e confronto dos textos das edições Ee e E, canto a canto, quase estrofe a estrofe, salientando sobretudo as divergências entre Ee e E. Como o exemplar do IGHB, uma edição Ee, apresenta diversas estrofes destruídas pelo tempo e substituídas à mão por pessoa desconhecida que se valeu de um exemplar da edição E, o professor Leodegário também aborda essas estrofes, reconstituindo e analisando os textos de acordo com a edição Ee, não só provando que são de composições diferentes, mas também assegurando que Ee é anterior a E. Tais asserções são importantíssimas, pois liquidam de vez com a possibilidade (ainda que remota) de que E seja a edição original, como julgava Faria e Sousa² E, afinal, o professor Leodegário não é nenhum novato: tem o mérito e a valia de uma grande experiência na leitura e no trato contínuo da obra de Camões, principalmente no caso mais espinhoso da lírica do poeta.³

E o professor não deixa de anotar minuciosamente os casos em que E procede a uma ultracorreção ou hipercorreção de Ee. Com isto, quer dizer que E muitas vezes corrige ou emenda de modo errôneo o que está certo em Ee, casos que de quando em quando se fazem gritantes. Para dar somente uns poucos exemplos, temos a substituição de *Filho de Maio* por *Filho de Maria* (Canto II, 56, 2), quando o poeta se refere a Mercúrio, filho de Maia; de *sopesando* por *soprando* (IV, 38, 6), que torna o verso sem sentido; de *Oriente* [=Orion] por *Oriente* (VI, 85, 6), e assim por diante, o que de fato reforça a noção de que Ee é a primeira edição do poema. E não somente; se é certo que existem vários erros em Ee, inclusive de contaminação com o texto de E, muitos desses erros não foram corrigidos em E, o que destrói em definitivo a hipótese da anterioridade dessa edição.

A edição preparada pelo professor Leodegário A. de Azevedo Filho tem o mérito adicional de fazer chegar ao leitor comum um texto confiável, com observações pertinentes, e estabelecer as bases para uma futura edição crítica d'*Os Lusíadas*, uma edição que possa, de fato, corresponder à escrita e ao pensamento de Camões. E já não é sem tempo.

NOTAS

1. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, in: *Os Lusíadas* (fac-símile da edição princeps reproduzindo o exemplar pertencente à Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães Braga; Universidade do Minho, 2004, p. XIV). No prefácio à edição das Obras completas de Camões (Sá da Costa, Lisboa, 2ª edição, 1956), o professor Hernâni Cidade esclarece que a chamada Edição dos Piscos, com data de 1584, foi “revisada” pela Inquisição portuguesa, o que redundou “em verdadeiras mutilações, determinadas por escrúpulos religiosos, morais e políticos.” E acrescenta: “De tais estragos parece terem-se vingado os manes do Poeta, pondo na edição que lhe mutilava a obra o ridículo que para sempre a marcou: vem-lhe a designação de edição dos Piscos da nota com que nela se elucida o verso 2 da estrofe 65, do Canto III: Sesimbra é piscosa, porque em certo tempo, se ajunta ali grande número de piscos para passarem à África...” (ed. cit., vol. IV, p. XVIII-XIX e XXII). Piscoso quer dizer “abundante em peixes”; pisco é uma ave europeia, inexistente no Brasil.
2. Assinala o professor Leodegário que a controvérsia em torno de qual das duas edições (Ee e E) seria a primeira surgiu “após a publicação da obra póstuma de Faria e Sousa sobre a Biografia de Camões” (p. 36).
3. Atualmente, o professor Leodegário está empenhado numa obra altamente meritória, a publicação e análise textual de toda a lírica camoniana, partindo de manuscritos quinhentistas, contemporâneos do poeta, e adotando a teoria do *corpus minimum* (ou seja, só incluindo o que possa ser identificado exclusivamente como de autoria de Camões).